

LINGUAGEM E DOMINAÇÃO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DO AUTORITARISMO LINGUÍSTICO À LUZ DE FIGURAS MIDIÁTICAS

Bruno Diego de Oliveira Clemente

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Estrangeiras e Tradução (LETRA)
FFLCH-Universidade de São Paulo (USP)

bruno-mann@hotmail.com

Resumo

O presente estudo analisa como o autoritarismo linguístico se manifesta nos discursos de Enéas Carneiro e Cíntia Chagas, figuras midiáticas inscritas numa posição política que representa a extrema direita brasileira, investigando como ambos, a partir de dois vídeos publicados na plataforma Youtube, utilizam a norma culta da língua portuguesa para legitimar práticas excludentes e reforçar hierarquias sociais. Baseando-se no modelo tridimensional de Norman Fairclough (1992) e em uma abordagem qualitativa, este texto explora aspectos textuais, discursivos e sociais, evidenciando a centralidade do preconceito linguístico na perpetuação de desigualdades culturais e sociais. O discurso de Enéas associa a norma culta a valores de moralidade, organização social e progresso, desvalorizando variantes populares ao descrevê-las como desvios da "higiene vernacular", da mesma forma em que Cíntia Chagas, em tom humorístico e enfático, ridiculariza expressões populares como *top*, propondo um vocabulário mais sofisticado que reforça a exclusividade da norma culta. Ambos recorrem à intertextualidade e à interdiscursividade, articulando a norma culta a valores nacionalistas e elitistas, desconsiderando a pluralidade e a legitimidade das variantes linguísticas no Brasil. Fundamentado também nas ideias de Marcos Bagno (1999), que caracteriza o preconceito linguístico como um mecanismo de exclusão social disfarçado de cuidado com a língua, o estudo justifica-se pela importância da valorização da diversidade linguística como parte da identidade cultural brasileira e no sentido de promover uma abordagem inclusiva que questione a visão hierárquica da língua portuguesa.

Palavras-chave: Autoritarismo linguístico; Norma culta; Diversidade linguística; Análise de discurso crítica; Discurso midiático.

LANGUAGE AND DOMINATION: A CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS OF LINGUISTIC AUTHORITARIANISM IN THE LIGHT OF MEDIA FIGURES

Abstract

The present study analyzes how linguistic authoritarianism is manifested in the speeches of Enéas Carneiro and Cíntia Chagas, media figures associated with a political stance representing the Brazilian far-right. It investigates how both, through two videos published on

the YouTube platform, use the standard form of the Portuguese language to legitimize exclusionary practices and reinforce social hierarchies. Based on Norman Fairclough's three-dimensional model (1992) and a qualitative approach, this text explores textual, discursive, and social aspects, highlighting the centrality of linguistic prejudice in perpetuating cultural and social inequalities. Enéas' discourse associates the standard form with values of morality, social organization, and progress, devaluing popular variants by describing them as deviations from "vernacular hygiene." Similarly, Cíntia Chagas, in a humorous and emphatic tone, ridicules popular expressions such as *top*, promoting a more sophisticated vocabulary that reinforces the exclusivity of the standard form. Both resort to intertextuality and interdiscursivity, linking the standard language to nationalist and elitist values while disregarding the plurality and legitimacy of linguistic variants in Brazil. Also grounded in the ideas of Marcos Bagno (1999), who characterizes linguistic prejudice as a mechanism of social exclusion disguised as care for the language, the study justifies itself by emphasizing the importance of valuing linguistic diversity as an integral part of Brazilian cultural identity and promoting an inclusive approach that challenges hierarchical views of the Portuguese language.

Keywords: Linguistic authoritarianism; Standard norm; Linguistic diversity; Critical discourse analysis; Media discourse.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da linguagem sempre esteve profundamente atrelado às relações de poder, visto que o discurso é um dos principais meios de controle social e de reprodução ideológica (Fairclough, 1989; Foucault, 1970). Na sociedade contemporânea, marcada pela influência da mídia e das redes sociais, a linguagem assume um papel central na conformação das percepções coletivas e na legitimação de práticas discursivas autoritárias (Thompson, 1995). Diante desse cenário, a Análise de Discurso Crítica, doravante ADC, especialmente a vertente anglo-saxônica, destaca-se como uma ferramenta teórica eficaz para investigar como a linguagem é utilizada para exercer dominação e controle, bem como para reforçar hierarquias sociais e culturais (van Dijk, 1993).

Neste trabalho, propõe-se uma análise discursiva crítica de dois vídeos disponíveis na plataforma Youtube, contendo duas figuras midiáticas discursando sobre o uso da língua portuguesa: o falecido deputado Enéas Carneiro, em seu vídeo *A Linguagem Correta*¹, e a influenciadora e professora de português Cíntia Chagas, em *Você fala top?*².

¹ Enéas Carneiro. *A Linguagem Correta* – 1994 [vídeo]. YouTube, 1994. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ouzDSX-bXpg>. Acesso em: 15 nov. 2024.

² Cíntia Chagas. *Você fala "TOP"? #podcast10 #cortes* [vídeo]. YouTube, 11 min 03 s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FlSnDFdiVMY>. Acesso em: 15 nov. 2024.

Analisando esses discursos, espera-se evidenciar como a linguagem é usada para reforçar a distinção entre as classes sociais e como a autoridade linguística é construída e legitimada no contexto midiático.

Esse estudo justifica-se pela necessidade de uma compreensão aprofundada das relações entre linguagem, poder e exclusão social no Brasil. Nos últimos anos, a normatividade linguística exerceu uma influência significativa nas dinâmicas de controle e marginalização social. A língua portuguesa, especialmente em sua variante culta, tem sido amplamente utilizada como um instrumento de diferenciação social, reforçando estruturas de poder que favorecem determinados grupos e desfavorecem outros (Bagno, 1999). Assim, ao analisar o fenômeno do autoritarismo linguístico, verifica-se que a ADC pode ser utilizada para investigar como figuras midiáticas consolidam e legitimam práticas discursivas excludentes.

O objetivo geral do estudo é examinar, sob a perspectiva da ADC de vertente anglo-saxônica, o autoritarismo linguístico a partir da discursividade midiática de Enéas Carneiro e Cíntia Chagas, evidenciando as estratégias discursivas de dominação e exclusão social por meio da linguagem. Especificamente, busca-se:

- Identificar e descrever as estratégias discursivas usadas pelos enunciadores para legitimar suas visões de autoridade linguística sobre a "norma culta".
- Analisar o impacto ideológico dos discursos em ambos os vídeos, destacando como a defesa de uma norma linguística rígida pode servir à perpetuação de hierarquias sociais e exclusão de variantes populares.
- Comparar os discursos de Carneiro e Chagas, evidenciando semelhanças e diferenças nas formas como o autoritarismo linguístico é articulado em diferentes contextos midiáticos.
- Refletir sobre o papel das figuras públicas e midiáticas na construção de uma percepção elitista e excludente da língua, considerando as implicações dessas práticas para a diversidade linguística no Brasil.

Ao desvelar essas dinâmicas discursivas, este trabalho pretende oferecer subsídios para reflexões mais amplas sobre o papel da linguagem na construção de uma sociedade mais equitativa e plural, considerando as consequências do autoritarismo linguístico para a inclusão de variantes populares da língua portuguesa no Brasil.

Mas, antes de seguirmos e para que possamos estabelecer uma análise dos vídeos, é imperativo apresentarmos um breve panorama sobre o que seria esse autoritarismo linguístico a partir da norma padrão.

2 AUTORITARISMO LINGUÍSTICO: UM BREVE PANORAMA

O autoritarismo linguístico pode ser compreendido como um fenômeno em que a norma padrão da língua é usada para exercer poder e controle social sobre falantes de variedades linguísticas alternativas, geralmente marginalizadas. Bagno (1999) argumenta que essa imposição da norma culta é uma ferramenta de exclusão social, já que promove uma visão elitista da linguagem. Ao privilegiar a variante padrão, especialmente em contextos educacionais e midiáticos, as variedades linguísticas populares são desvalorizadas, e seus falantes são estigmatizados como menos cultos ou menos competentes. Esse preconceito, estruturalmente embasado, reforça desigualdades, marginalizando aqueles que não possuem acesso ou não estão sujeitos à norma culta, tornando a linguagem um mecanismo de hierarquização social.

Norman Fairclough (1989), um dos principais teóricos da ADC, complementa essa visão ao explicar como a linguagem padronizada opera como uma forma de poder simbólico. Em *Language and Power*, Fairclough (1989) descreve como a imposição da norma padrão serve para legitimar práticas discursivas de autoridade e dominação, especialmente quando as instituições – como escolas, mídias e órgãos governamentais – reforçam o uso dessa norma. Para Fairclough (1989), esse controle do discurso padronizado define quem tem voz na sociedade e quem permanece silenciado, ao estabelecer critérios rígidos sobre o que é considerado linguística e culturalmente aceitável. Assim, a norma padrão passa a ser uma ferramenta que normatiza a comunicação pública, excluindo aqueles que não dominam essa variante linguística e reforçando a autoridade de quem a utiliza.

Teun van Dijk (1993) traz uma perspectiva crítica similar em seu artigo *Principles of Critical Discourse Analysis*, no qual ele explora como o poder e a dominação podem ser mantidos através de práticas discursivas que promovem uma única forma de falar ou escrever como legítima. Para van Dijk, essa imposição da norma padrão perpetua o autoritarismo linguístico, criando barreiras invisíveis que dificultam a mobilidade social dos falantes de variedades não-padrão. Ele destaca que, ao construir uma estrutura de poder na qual a língua padrão é vista como a única forma correta de expressão, a sociedade não só reforça estereótipos linguísticos, mas também limita o acesso a oportunidades educacionais e

profissionais para aqueles que não se adequam ao padrão. Dessa forma, o autoritarismo linguístico transforma a língua em um instrumento de dominação, usado para manter hierarquias e excluir grupos sociais historicamente marginalizados. Com isso, a presente análise busca contribuir para a compreensão crítica desse fenômeno e para o debate sobre suas implicações sociais e linguísticas.

3 ADC: UM BREVE HISTÓRICO

A ADC aparece no final dos anos 70 e começo dos anos 80, apresentando-se como uma abordagem de caráter interdisciplinar e que procura investigar as relações entre discurso, poder e ideologia nas sociedades. Essa perspectiva sofreu influências e contribuições de diversas áreas como, por exemplo, a Linguística, a Sociologia bem como a Teoria Crítica, sendo associada a autores como Norman Fairclough, Teun van Dijk e Ruth Wodak (Fairclough, 1992; Van dijk, 1993).

A noção de discurso ocupa um lugar central na ADC, existindo, neste sentido, não apenas na linguagem, mas por meio dela em práticas que se interconectam a partir de relações de poder, hegemonia e ideologias. Foucault é o primeiro a se concentrar no discurso como mecanismo de sustentação e exercício de poder, tendo como perspectiva as normas moldadas sobre conhecimento, sujeito e práticas sociais (Foucault, 1980).

O conceito de poder na ADC leva em conta a capacidade de controle ou influência exercida por grupos dominantes sobre outros, muitas vezes, por meio de práticas discursivas. Esse poder é legitimado e naturalizado pela ideologia, a qual, segundo Althusser (1971), é concebida como um sistema de representações que normaliza as subordinações das relações sociais e sustenta a ordem existente. Na ADC, torna-se evidente que o discurso está inserido num campo de tensões e disputas ideológicas.

Por sua vez, a noção de hegemonia, desenvolvida por Antonio Gramsci (1999), apresenta-se como central para a ADC também e refere-se, substancialmente, à dominação, tanto cultural quanto intelectual, que é exercida sobre um determinado grupo por aqueles que subordinam outras esferas sociais. Para Fairclough (1992), o discurso é uma ferramenta poderosa por meio da qual a hegemonia é exercida, uma vez que justifica certos valores e crenças mantidas que beneficiam as classes dominantes e deslegitima vozes alternativas de grupos historicamente desprestigiados.

A interdiscursividade e a intertextualidade também são outros conceitos-chave na estruturação da ADC. A interdiscursividade, segundo Fairclough (1992), constitui-se como

uma amálgama de discursos que atravessam diferentes contextos sócio-históricos e influenciam a produção do discurso. Por outro lado, a intertextualidade, com base em Julia Kristeva (1980), concentra-se no modo como um texto é criado a partir de outros textos com base em suas referências e ecos. Isso mostra que o discurso é sempre intertextual e nunca é criado de forma segmentada e inédita, sem que, a ele, outros discursos se interconectem.

Esses conceitos, em síntese, nos auxiliam para revelar o papel do discurso na reprodução das relações de poder e desigualdade, sendo a ADC uma ferramenta crítica para desvelar as estruturas que sustentam, em última instância, essas dinâmicas.

4 O *CORPUS* LINGUÍSTICO: BREVE APRESENTAÇÃO

Utilizaremos, para este breve estudo, dois vídeos de duas figuras midiáticas da extrema direita brasileira: Enéas Carneiro, que atuou como deputado federal pelo estado de São Paulo entre 2003 e 2007, ano em que veio a falecer, e a influencer Cíntia Chagas, que atua nas redes sociais orientando os alunos a falarem o chamado português padrão.

A decisão pela escolha do *corpus* se deu pelo fato de ambas as figuras gozarem de proeminência no campo da extrema direita brasileira, posição que lhes é atribuída como representantes de uma suposta excelência linguística e de uma defesa da nacionalidade.

O primeiro vídeo a ser analisado, chamado *A Linguagem Correta*, corresponde ao do deputado Enéas. Foi publicado no Youtube em junho de 2022 por meio do canal “Enéas TV”, que conta, até a presente data (novembro de 2024), com mais de 450 mil seguidores. O vídeo, com aproximadamente 40 mil visualizações até a data de conclusão do presente estudo (novembro de 2024), tem duração de um minuto e dezoito segundos e foi gravado e transmitido em 1994, durante a campanha presidencial daquele ano.

O segundo material audiovisual a ser analisado, da influencer Cíntia Chagas, trata-se do vídeo *Você fala top?*, também disponível no Youtube. Foi publicado em setembro de 2021 por meio do canal da própria influenciadora, o qual conta com mais de 500 mil seguidores. O vídeo tem duração de um minuto e trinta e seis segundos e conta, até a data de conclusão do presente artigo, com aproximadamente 20 mil visualizações.

Apresentado o *corpus*, faz-se necessária a utilização de uma abordagem metodológica que permita analisar criticamente tais discursos, a fim de identificarmos como os mecanismos de exclusão operam e como se manifesta o autoritarismo linguístico nessas duas figuras midiáticas. É o que se verá na seção a seguir.

5 METODOLOGIA

Será aplicada a abordagem qualitativa à pesquisa proposta, justificando-se por se tratar de um enfoque em que os significados são inseridos e interpretados dentro de um contexto social específico (no caso do *corpus*, materiais audiovisuais produzidos, um postumamente, em homenagem ao deputado e o outro no próprio canal da influenciadora), mobilizando os processos que ocorrem a partir de seus atores sociais (Bortoni-Ricardo, 2008). Nesse sentido – e considerando que o estudo será desenvolvido com base na ADC –, não apenas o objeto a ser analisado se apresenta, mas também o próprio analista se imprime na pesquisa, uma vez que esta está intrinsecamente atravessada pelo sujeito pesquisador e pelo objeto a ser pesquisado, ou, mais notadamente, pela linguagem concebida como discurso – isto é, como prática social em que sentidos, identidades e relações de poder são produzidos e negociados.

A ADC tem como foco, substancialmente, investigar como o discurso, entendido como linguagem em uso e que se imprime como seu objeto de estudo, reflete e contribui para a construção das relações de poder, ideologias e tensões sociais. Esse campo explora como a linguagem molda e é moldada por essas concepções, sejam culturais ou políticas, enfatizando o papel do discurso na manutenção ou na contestação dessas estruturas. A análise se concentra na prática discursiva e nas categorias de interdiscursividade e intertextualidade.

Os métodos qualitativos, a rigor, são pertinentes a fim de interpretar e descrever dados discursivos como entrevistas, discursos políticos, artigos de mídia e narrativas cotidianas, na medida em que buscam padrões que revelem pressupostos e ideologias subjacentes. A interpretação desses dados visa identificar como o discurso normaliza práticas de poder e hierarquias sociais, expondo, assim, as relações de dominação e o potencial para contestação dessas estruturas de poder.

Conquanto os dispositivos metodológicos da ADC caminhem de forma indissociável dos critérios analíticos, adotaremos, na disposição de sistematizar nosso procedimento analítico, o modelo tridimensional de análise, postulado por um dos autores fundamentais neste campo de estudo: Norman Fairclough.

6 REFERENCIAL TEÓRICO – O MODELO TRIDIMENSIONAL DE FAIRCLOUGH

A análise discursiva dos dois vídeos está fundamentada na obra *Discourse and Social Change* (1992), de Norman Fairclough, na qual o autor expõe seu modelo tridimensional de análise crítica. Esse modelo determina uma abordagem integrada para o entendimento de

discursos, articulando três dimensões basilares: práticas textuais, discursivas e sociais. A proposta de Fairclough permite que essas dimensões confluem para revelar como o discurso contribui para a construção e a manutenção de estruturas de poder e de dominação social.

No que diz respeito à primeira dimensão, que é a prática textual, o discurso é analisado em conformidade com seus elementos internos, tais como estrutura narrativa, vocabulário empregado, sintaxe e outros elementos subjacentes aos padrões de poder incorporados ao texto. Tal dimensão se concentra na análise linguística do próprio texto, observando escolhas lexicais, estruturas gramaticais, coesão e estilo.

A segunda dimensão, que é a prática discursiva, corresponde aos processos que produziram este discurso e de como ele pode ser interpretado com base nos participantes. Essa dimensão examina a produção, a distribuição e o consumo dos textos, focando em como os discursos são compreendidos e reinterpretados pelo público. Ela inclui processos intertextuais e interdiscursivos, considerando como discursos de outros contextos influenciam o texto em análise.

Por fim, temos a terceira e última dimensão, que é a prática social, concentrando-se nos contextos sociais e culturais mais amplos que moldam a criação e interpretação dos textos. Ela considera como os discursos refletem e transformam estruturas sociais, como poder, ideologia e identidade, dentro de instituições e práticas culturais mais amplas.

7 ANÁLISE DO CORPUS

O primeiro vídeo a ser analisado, dentro da perspectiva do modelo tridimensional de Fairclough, é o do deputado Enéas Carneiro, denominado *A Linguagem Correta*. O conteúdo proferido é transcrito logo abaixo e depois, analisado de acordo com os critérios metodológicos já explanados neste estudo.

Fala-se muito mal no Brasil e escreve-se pior. Políticos e jornalistas, numa falta de higiene vernacular, só usam o jargão, o caçanje e solecismos com desculpa de linguagem moderna. Mas a língua é o maior patrimônio de um povo! Desrespeitá-la é desrespeitar a própria nacionalidade. Perguntaram a Confúcio, 2000 anos atrás, o que faria ele, em primeiro lugar, se tivesse que administrar um país. “Seria evidentemente corrigir a linguagem!”, respondeu ele. Seus interlocutores ficaram surpresos e indagaram por quê. Foi a seguinte a resposta do mestre: “Se a linguagem não for correta, o que se diz não é o que se pretende dizer. Se o que se diz não é o que se pretende dizer, o que deve ser feito deixa de ser feito. Se o que deve ser feito deixa de ser feito, a moral e as artes decaem. Se a moral e as artes decaem, a justiça se desbarata. Se a justiça se desbarata, as pessoas ficam entregues ao desamparo e à confusão. Não pode, portanto, haver arbitrariedade no que se diz. É isso que importa acima de tudo.” (Carneiro, 1994).

No nível textual, observamos o emprego de estratégias discursivas que legitimam uma visão autoritária e normativa da língua no discurso de Enéas Carneiro. A intertextualidade histórica é claramente evidenciada na citação de Confúcio: “Perguntaram a Confúcio, 2000 anos atrás, o que faria ele, em primeiro lugar, se tivesse que administrar um País. ‘Seria evidentemente corrigir a linguagem!’”. Ao trazer essa referência, Enéas conecta a preservação da norma culta a valores supostamente atemporais e universais, atribuindo à correção linguística uma posição de centralidade na organização social. Essa estratégia confere peso e autoridade ao discurso, alinhando-o a uma perspectiva civilizacional que associa a norma culta à ordem, progresso e eficiência.

Além disso, ainda dentro da perspectiva textual, Enéas polariza a linguagem ao descrever a norma culta como um ideal de “higiene vernacular”, contrastando-a com as variantes linguísticas que ele caracteriza como “jargão, o caçanje e solecismos”. Ao utilizar expressões que remetem à sujeira e desordem, ele constrói uma oposição simbólica entre a norma culta e as práticas linguísticas populares ou modernas, que são caracterizadas como decadentes. A expressão “falta de higiene vernacular” não apenas desqualifica as variantes linguísticas populares, mas também emprega uma metáfora que sugere um estado de contaminação ou inferioridade historicamente direcionadas às populações pobres e negras, que estariam associadas à *sujeira*, à *doença* e ao *atraso*, ao passo que as elites brancas representariam a *limpeza*, a *civilização* e o *progresso*. Essa escolha de palavras carrega um subtexto eugenista ao associar a correção linguística à pureza e à ordem, enquanto qualquer desvio é tratado como degeneração.

Essa visão reflete um discurso elitista, em que a norma culta é apresentada como o padrão desejável, enquanto as práticas linguísticas divergentes são percebidas como ameaças à coesão social e cultural. Esse contraste é amplificado pela interdiscursividade, especialmente pelo interdiscurso nacionalista presente na frase: “a língua é o maior patrimônio de um povo”. Nesse contexto, diferentes discursos – o linguístico e o nacionalista – são articulados para sustentar uma narrativa que associa a norma culta à preservação de uma suposta identidade nacional. A reverência à norma culta, reforçada pela utilização de termos eruditos e praticamente inexistentes na linguagem coloquial, é entrelaçada com a ideia de cidadania e pertencimento cultural, promovendo a visão de que a língua padronizada não é apenas um instrumento hegemônico de comunicação, mas também um marcador essencial de respeito à nação e seus valores, ainda que desconsidere a multiplicidade de falares em um país de dimensões continentais, como o Brasil.

Essa associação reforça a ideia de que o uso linguístico supostamente correto transcende o âmbito individual e se torna uma responsabilidade coletiva ligada ao conceito de nação. A interdiscursividade se manifesta ao articular os discursos linguístico e nacionalista ao discurso moral. Nesse contexto, a diversidade linguística é depreciada como parte igualmente válida da identidade nacional, sendo subordinada a um ideal padronizado que privilegia uma visão homogênea de cidadania e pertencimento cultural.

Na prática discursiva, Enéas organiza sua fala para reforçar o autoritarismo linguístico por meio de uma lógica hierárquica. A citação de Confúcio e a explicação subsequente ilustram essa hierarquia: “Se a linguagem não for correta, o que se diz não é o que se pretende dizer. Se o que se diz não é o que se pretende dizer, o que deve ser feito deixa de ser feito. Se o que deve ser feito deixa de ser feito, a moral e as artes decaem. Se a moral e as artes decaem, a justiça se desbarata. Se a justiça se desbarata, as pessoas ficam entregues ao desamparo e à confusão.”. Essa sequência argumentativa atribui à linguagem padronizada um papel essencial para evitar o colapso moral, social e cultural. Assim, sugere-se que a norma culta é indispensável para a governança eficaz e para a preservação da justiça e da ordem, construindo um discurso de exclusividade que legitima o poder daqueles que a dominam.

Na prática social, o impacto do discurso de Enéas Carneiro é profundo, pois contribui para a perpetuação de hierarquias sociais e culturais no Brasil. Ao reafirmar a supremacia da norma culta, ele deslegitima, conseqüentemente, as variantes populares, associando-as à ignorância e ao atraso, como indicado no trecho: “Políticos e jornalistas, numa falta de higiene vernacular, só usam o jargão, o caçanje e solecismos com desculpa de linguagem moderna.” Essa desvalorização linguística reflete uma concepção elitista da língua, ignorando sua diversidade e complexidade no contexto brasileiro. Para além disso, tal segregação social – e linguística – incorpora e reverbera a crescente polarização política em que a sociedade brasileira se encontra atualmente, deslegitimando a profusão de falares que supostamente seriam característicos de determinados grupos ou espectros políticos.

O discurso de Enéas também reforça barreiras sociais e educacionais, ao associar o domínio da norma culta à inclusão social e ao sucesso. Indivíduos que não dominam essa norma são implicitamente excluídos de oportunidades e espaços de prestígio, perpetuando desigualdades estruturais. Ao posicionar a língua padronizada como um requisito para uma suposta ordem, o discurso promove uma visão homogeneizante que ignora as contribuições culturais e linguísticas das variantes regionais e populares. Nesse contexto, o discurso de Enéas Carneiro não apenas reflete, mas também reproduz desigualdades sociais,

demonstrando como a língua pode ser instrumentalizada como ferramenta de poder e exclusão.

O segundo vídeo que analisamos é o da influencer Cíntia Chagas, denominado *Você fala top?*, o qual será transcrito logo a seguir:

E agora nós vamos falar de uma palavra, gente, mais uma palavra que me tira do sério, uma palavra que me deixa nervosa, que faz com que eu queira voar no pescoço da pessoa: *paupérrima*. *Paupérrima*! É o quê? É o superlativo de pobre, é horrível essa palavra. Ela é pobre porque não tem riqueza vocabular, não tem envergadura. Ela é uma palavra sem envergadura. Agora, a palavra *top*, pelo amor de Deus! Para de usar *top*. Aquela mulher é *top*, aquele livro é *top*, aquele trabalho é *top*, aquela viagem foi *top*, aquele homem é *top*. Chega de *top*, ninguém aguenta mais. E, pior do que o *top*, é quando as pessoas colocam sufixo no *top*, porque aí sai de *top* e vira *topíssimo*, *topérrimo*, *topzera*. Fica usando *top*, coisas ridículas, feio, brega, horrível. Aí, filho de Deus, como eu não sou uma pessoa que só critica, eu ajudo, tá? E o que eu fiz? Eu trouxe uma lista aqui de palavras para que você pare de usar *top*, tá bom? Começamos. A primeira: fantástico, maravilhoso, sensacional, estupendo, irretocável – *irretocável* é bom, hein? –, esplêndido, deslumbrante, extraordinário, fenomenal, fascinante. Olha, gente, tudo é muito melhor. Faça isso! Para de falar *top*, coisa pobre, horrível, tá bom? Valorize sua língua. Maravilha! (Chagas, 2021).

No nível textual, Cíntia Chagas constrói sua argumentação de forma enfática e coloquial, valendo-se de uma estrutura narrativa com características didáticas e humorísticas. Termos como *top* e suas variações (*topíssimo*, *topzera*) são destacados repetidamente para enfatizar sua inadequação. Essa escolha de palavras cria um contraste explícito entre os termos criticados e as alternativas propostas, como "maravilhoso", "sensacional" e "extraordinário", que carregam um tom de sofisticação e positividade.

Ainda na prática textual, observa-se a construção de sentido das palavras criticadas. *Top*, por exemplo, é um termo amplamente utilizado na comunicação popular, especialmente em redes sociais e no cotidiano informal, enquanto "paupérrima" remete a uma linguagem mais erudita. Ao incorporar e reinterpretar esses termos em seu discurso, a autora dialoga com diferentes universos linguísticos, confrontando-os em uma tentativa de elevar a norma culta e de sistematizá-la como referencial discursivo.

No âmbito da prática discursiva propriamente dita, notamos como Cíntia Chagas se posiciona no papel de autoridade linguística. Ainda valendo-se da perspectiva interdiscursiva, o discurso combina elementos de diferentes esferas: a linguagem pedagógica, o humor e o apelo emocional, seja na utilização de frases como "pelo amor de Deus", seja no uso de estruturas imperativas, como "Para de usar *top*". A crítica ao uso da palavra *top* é construída como uma defesa dos valores associados à norma culta e à sofisticação linguística. No

entanto, observa-se que a própria autora se afasta da norma que defende ao empregar o imperativo *para* em seu vídeo — forma adequada à conjugação com o pronome *tu* —, embora utilize o pronome *você* mais adiante em seu discurso. Segundo a norma culta, esses pronomes não devem ser intercalados, o que evidencia uma incongruência entre o conteúdo normativo de sua fala e a prática linguística adotada.

Por sua vez, a interdiscursividade se evidencia nessa associação entre o discurso popular, representado por termos como *top*, e o discurso da norma culta, que Chagas privilegia ao oferecer alternativas mais formais e consideradas "ricas", utilizando-se de termos mais sofisticados para a substituição da palavra que critica. Essa relação dialógica evidencia tensões entre diferentes práticas discursivas: o discurso popular é desqualificado como "pobre" e "ridículo", enquanto o discurso erudito é promovido como ideal.

A autora também mobiliza elementos de discursos nacionalistas, algo semelhante ao vídeo de Enéas Carneiro, ao apelar para a valorização da língua, como na frase “valorize sua língua”. Esse apelo conecta o uso da norma culta à identidade cultural e nacional, reforçando uma visão hierarquizada da linguagem em que o vocabulário formal é associado ao pertencimento social e cultural, enquanto a linguagem popular é entendida como “brega” e “sem envergadura”.

Por fim, elencados na prática social, o discurso de Chagas reflete dinâmicas sociais e ideológicas relacionadas à linguagem, poder e identidade. A valorização da norma culta está inserida em uma lógica de exclusão que marginaliza variedades linguísticas populares, associando-as à falta de sofisticação ou competência por conta do emprego do neologismo *top*. Essa postura se alinha a ideologias elitistas que tratam o domínio da norma padrão como um marcador de status social e cultural, ao passo que as manifestações difundidas e consagradas popularmente são inviabilizadas dentro desse contexto linguístico.

A interdiscursividade, neste caso, também está alinhada a um contexto sociolinguístico mais amplo, no qual o uso de termos como *top* está relacionado à comunicação em redes sociais e à linguagem digital, que priorizam a rapidez e a informalidade. A crítica de Chagas pode ser vista como uma reação a essas mudanças linguísticas contemporâneas, que desafiam os valores tradicionais da norma culta e operam no sentido de manter determinadas estruturas, não apenas do ponto de vista linguístico, mas também sociais e culturais.

Por outro lado, o apelo para “valorizar sua língua” implica um discurso de proteção à norma padrão, frequentemente associado a um sentimento de resistência a influências externas e a mudanças na prática linguística. Essa visão, ainda que apresentada de forma

humorística e enfática, fomenta hierarquias linguísticas que reforçam abismos sociais e culturais, desconsiderando a legitimidade de outras formas de expressão linguística.

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados das análises de ambos os vídeos sugeriram uma convergência no sentido da perpetuação de estruturas sociais, linguísticas e culturais historicamente segregadas no contexto brasileiro. Tanto o discurso de Enéas quanto o de Cíntia Chagas fomentam uma noção idealizada de um modo de falar, atribuindo a esta idealização linguística um lugar de pertencimento e prestígio, seja da perspectiva de uma suposta valorização da identidade nacional seja de uma pretensa sofisticação. As manifestações linguísticas populares, por sua vez, seriam interpretadas como menores e deslocadas diante desses valores, resultando em sua marginalização e consequente desprestígio.

Ambas as figuras gozam de notoriedade no campo ideológico da extrema direita por representarem posições conservadoras e de defesa da língua portuguesa, seja por discursos contundentes (mais notadamente no caso do ex-deputado) como por imposições de reconfiguração do falar brasileiro, como é o caso de Cíntia Chagas.

Ambos os discursos, apesar de contextos distintos, reforçam a ideia de que o domínio da norma culta corresponderia a uma suposta sofisticação, de expressão de valores morais e de ordem social. Enéas Carneiro, ao associar a correção linguística à justiça e à organização social, promove um argumento tecnocrático que desconsidera a pluralidade linguística como um fator essencial da identidade cultural. Cíntia Chagas, por outro lado, adota uma abordagem aparentemente humorística e não obstante enfática, mas igualmente excludente, ao ridicularizar a expressão popular *top* e ao propor, embasada numa suposta superioridade vocabular, outros termos que seriam melhor empregados.

Essa visão normativa, tanto no vídeo de Enéas quanto no de Cíntia, reflete o que Marcos Bagno identifica como uma instrumentalização da língua para reforçar desigualdades estruturais. O autor observa que o mito da superioridade da norma culta é uma forma de "exclusão social disfarçada de cuidado com a língua" (Bagno, 1999, p. 25). Tanto Enéas quanto Cíntia ignoram que a língua não é apenas um código fixo, mas um sistema dinâmico e plural, cujas variantes desempenham papéis fundamentais na comunicação e na construção de identidades sociais, legitimando a criatividade, inventividade e adaptabilidade de seus falantes frente às mudanças históricas e linguísticas de sua época.

Um aspecto marcante é a presença de contradições nos discursos analisados. Enéas Carneiro, ao destacar a norma culta como essencial para a expressão da nacionalidade, desconsidera as próprias características plurais do português brasileiro, que integra elementos de diferentes origens linguísticas e que instrumentaliza, em última análise, uma manifestação nacional genuína e diversa, em sintonia com as variantes linguísticas e com a dinamicidade própria dos falantes. Da mesma forma, Cíntia Chagas, ao criticar construções linguísticas populares em comparação com a norma, comete desvios gramaticais que ilustram como até mesmo falantes normativos adaptam-se às condições comunicativas do dia a dia, mostrando que a aplicabilidade dos padrões tidos como cultos ou sofisticados não se manifesta total e concretamente na fala, ainda que monitorada.

Essas contradições evidenciam que o ideal de uma norma culta rígida e universal é uma construção mais retórica do que prática. Segundo Bagno (1999, p. 45), a norma culta “não é a língua de fato falada pela elite brasileira, mas um modelo idealizado que não corresponde à realidade linguística cotidiana”. Isso demonstra como a exclusão de variantes linguísticas é uma imposição artificial e, frequentemente, arbitrária, sem elementos que a justifiquem e embasem, tanto de uma perspectiva teórica quanto social.

Os discursos analisados, em suma, reforçam dinâmicas de exclusão que transcendem o nível linguístico. Ao promover a norma culta como um “patrimônio nacional”, Enéas Carneiro e Cíntia Chagas ignoram que grande parte da população brasileira, devido a desigualdades históricas no acesso à educação, não domina plenamente esse padrão. Assim, a idealização da norma culta contribui para a estigmatização de falantes de variantes populares, perpetuando uma hierarquia social que marginaliza comunidades e grupos de falantes que não se enquadram nessa concepção idealizada de língua.

Além disso, os discursos analisados têm implicações práticas em contextos como o mercado de trabalho, a mídia e a educação. A exigência de domínio da norma culta para ocupar posições de prestígio cria obstáculos invisíveis que dificultam o avanço social de falantes de variantes regionais ou populares, reforçando um ciclo de exclusão e desigualdade. Como Bagno afirma: “o preconceito linguístico não é apenas uma questão de gosto ou opinião, mas um mecanismo de manutenção das desigualdades sociais” (1999, p. 12).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas sobre os discursos de Enéas Carneiro e Cíntia Chagas revelaram um padrão preocupante de valorização da norma culta em detrimento das variantes

linguísticas populares. Essa visão não apenas deslegitima as expressões da pluralidade cultural e linguística do Brasil, mas também reforça dinâmicas de exclusão social que perpetuam desigualdades estruturais. Como apontado por Marcos Bagno (1999), o preconceito linguístico opera como um mecanismo de manutenção de privilégios, mascarado pela aparente preocupação com a preservação da língua.

Os discursos analisados ilustram a tensão entre a norma culta, vista como um ideal a ser alcançado e que não se materializa totalmente frente à realidade das práticas linguísticas no Brasil. Enéas Carneiro e Cíntia Chagas sustentam narrativas que invisibilizam e menosprezam a riqueza, a criatividade e a funcionalidade das variantes populares, promovendo um modelo de exclusão baseado em hierarquias linguísticas e, em última instância, também sociais.

No entanto, conforme destacado ao longo deste breve estudo, a língua é um organismo vivo, dinâmico e profundamente conectado às identidades sociais e culturais e em constante mudança. Em vez de insistir em um modelo único e rígido, faz-se necessário adotar uma visão mais inclusiva, que valorize todas as formas de expressão linguística como legítimas em seus contextos. Essa perspectiva é essencial para combater o preconceito linguístico e promover uma sociedade mais justa e equitativa.

A valorização da diversidade linguística passa, fundamentalmente, pela revisão de práticas educacionais, midiáticas e políticas. Como Bagno (1999) afirma, "a luta contra o preconceito linguístico é também uma luta pela inclusão social e pela valorização das diferenças". Assim, conclui-se que a desconstrução de discursos normativos e a promoção da diversidade linguística são passos indispensáveis para um país que já é diverso e plural, mas que precisa ser respeitado e legitimado em sua complexidade.

Agradecimentos

Um agradecimento especial à minha orientadora Dra. Cristina dos Santos Lovato, pela supervisão durante a confecção deste trabalho na minha Licenciatura em Letras-Português e Literatura, pela Universidade Federal do Pampa.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1971.

BAGNO, Marcos. **Preconceito contra a linguística e os linguistas**. Observatório da Imprensa, 12 de junho de 2002. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/preconceito-contr-a-lingstica-e-os-lingistas/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. (Estratégias de ensino, 8).

CHAGAS, Cíntia. **Você fala “TOP”?** #podcast10 #cortes. YouTube, 14 set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FlSnDFdiVMY&t=16s>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ENEASTV. Dr. Enéas - **A linguagem correta** - 1994. YouTube, 7 jun. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ouzDSX-bXpg>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London: Longman, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Power/knowledge**: selected interviews and other writings, 1972-1977. New York: Pantheon Books, 1980.

FOUCAULT, Michel. **The order of discourse**. In: YOUNG, Robert (Ed.). *Untying the text: a post-structuralist reader*. London: Routledge & Kegan Paul, 1970.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KRISTEVA, Julia. **Poderes da Horror**: ensaio sobre a abjeção. Tradução de Carlos Côrrea. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

THOMPSON, John Brookshire. **The media and modernity**: a social theory of the media. Stanford: Stanford University Press, 1995.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discourse and society**. London: Sage, 1993.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Principles of critical discourse analysis**. *Discourse & Society*, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993.